

PMDB quer matar doente. Não curá-lo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O PMDB, quando "decidiu não decidir" as questões de sistema de governo e mandato presidencial, na convenção nacional extraordinária de 20 de julho, estava incentivando o salve-se quem puder em suas bancadas. A posição cômoda de ficar em cima do muro, sem optar pelo parlamentarismo ou pelo presidencialismo, foi justificada pela necessidade de evitar o confronto com o Planalto e resguardar a unidade interna.

Não está dando certo a tática da omissão. O PMDB, com seus 304 constituintes, continua dividido e em confronto com quase todo o governo Sarney. O próprio Ulysses Guimarães reconhece que no seu partido há equilíbrio de forças entre parlamentaristas e presidencialistas.

Há outras divisões no PMDB. Com as exceções que confirmam a regra, muitos dos que se declaram parlamentaristas querem, na realidade, encostar Sarney na parede, esvaziando suas atribuições, na esperança de que, no parlamentarismo, o Congresso voltará a ser poder.

A maioria está trabalhando na feita da nova Carta constitucional, com a convicção de que a missão que receberam nas urnas de 15 de novembro do ano passado foi a de resolver a atual crise nacional. Parece que o objetivo é o de mostrar ao eleitorado que eles também não estão contentes com o presidente José Sarney e estão na Constituinte na busca de fórmulas capazes de anular os erros do atual governo.

A missão é muito mais importante, muito mais profunda. A Constituinte foi eleita para dotar o País de uma nova Carta constitucional que se quer permanente, capaz de reordenar as instituições e consolidar o regime democrático, superando a fase de transição. Para muitos, pelo que dizem e fazem, as crises institucional, econômica, financeira e social têm como responsável o presidente Sarney.

Na campanha eleitoral muitos dos candidatos acenavam com a Constituinte como remédio para todos os males. Agora, estão acenando para o parlamentarismo. Alegam, até, que num passado recente o próprio Sarney fazia profissão de fé parlamentarista, sem se lembrar que o mais respeitado parlamentarista da Assembléia Constituinte, senador Afonso Arinos, também foi presidencialista e dos bons.

O sistema parlamentarista tem seus méritos. Mas ficariam anulados se os políticos brasileiros continuarem recorrendo a ele como água para apagar fogo, cola para juntar cacos, bote salva-vidas para escapar do naufrágio, pára-quadras para saltar do avião em perigo.

Nos comícios e nos palanques de 1986 foram raros os candidatos que levantaram a bandeira do parla-

mentarismo ou do presidencialismo. Ninguém quis se arriscar. Agora, a metade da Constituinte se diz parlamentarista e a outra metade, presidencialista. Ninguém parece preocupado em saber o que pensa o eleitorado a respeito de um e de outro sistema.

Na opinião do ministro Aureliano Chaves, os constituintes que defendem o parlamentarismo estão no caminho errado. Preferem alimentar a discussão apontando à sociedade as distorções do presidencialismo, numa posição distorcida. O presidente de honra do PFL entende que o debate seria mais útil se houvesse, também, a preocupação de mostrar as correções possíveis no presidencialismo, antes de condenar o sistema.

Se o presidencialismo tem falhas, e muitas, melhor seria, segundo Aureliano Chaves, que houvesse um esforço para corrigir o sistema, apagando os botões do autoritarismo ligados a partir de 31 de março de 64. O presidencialismo poderia ser revisto, começando por restabelecer prerrogativas, independência, soberania, respeito ao Legislativo e ao Judiciário.

A doença do enfermo muitos estão preferindo eliminá-lo, sem oferecer oportunidades de recuperação. O risco pode surgir daí. Será muito difícil a opinião pública brasileira entender como um presidente eleito pela via direta, com mais de 35 milhões de votos, deve abrir mão de poderes a um primeiro-ministro eleito indiretamente pela Câmara dos Deputados. Só por milagre seria evitado o confronto entre o presidente eleito e o chefe de governo aprovado pelos deputados.

Os nossos parlamentaristas preferem citar as exceções, França, Austria, Portugal, países nos quais o presidente, mesmo eleito, abre mão de poderes fundamentais ao indireto primeiro-ministro, para exercer funções de chefe de governo. Ninguém parece disposto a citar o exemplo de grandes países presidencialistas, com Legislativo e Judiciário fortes, capazes de evitar excessos e coibir abusos do presidente da República.

Para o ministro José Hugo Castello Branco, a Assembléia Constituinte foi convocada em hora imprópria, em plena crise e com partidos políticos ao sabor das tempestades. O ministro da Indústria e do Comércio considera o parlamentarismo um sistema temerário do País, em crise nacional. E não hesita em dizer que, implantado tal sistema, caberia ao seu partido, o PMDB, assumir o governo, indagando, preocupado: "E qual PMDB?"

José Hugo Castello Branco garante que o presidencialismo não é o culpado pela atual crise. Boa parcela de culpa, segundo ele, pode ser debitada à falta de sustentação político-parlamentar do governo Sarney. (F.M.)